



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO ESCOLAR**

**DISCIPLINA ESCOLAR: UM DOS DESAFIOS À GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

HALYNE CRISTYNE LIMA DE ALMEIDA

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO ESCOLAR**

**DISCIPLINA ESCOLAR: UM DOS DESAFIOS À GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Halyne Crsityne Lima de Almeida

DISCIPLINA ESCOLAR: UM DOS DESAFIOS À GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 16 de Dezembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor – Avaliador

Professora Giselle Cristina Rodrigues – Orientadora

Professora Halyne Cristyne Lima de Almeida – Cursista

RESUMO

O presente trabalho traz uma reflexão sobre a questão da Disciplina na Escola Municipal Simão da Costa Campos, tendo por objetivo analisar um conjunto de desafios a serem enfrentados pela Gestão Escolar. As questões aqui analisadas resultaram de uma análise acerca do Projeto Político Pedagógico e da vivência na instituição de Ensino, segundo uma abordagem aberta, tendo por foco o tratamento dedicado às questões de disciplina no Ensino Fundamental, no cotidiano da escola e propostas em seu Projeto Político Pedagógico. As observações realizadas resultaram em um conjunto de questões, aqui analisadas como desafios a serem superados na escola e ao final apontam-se estratégias que possam contribuir para a conquista da gestão democrática na administração escolar através de um trabalho significativo e participativo na vida da Escola.

Palavras-chave: Educação - Disciplina – Gestão Escolar

SUMÁRIO

I- Introdução.....	06
II- Desenvolvimento.....	07
2.1-Disciplina escolar: um dos desafios à gestão democrática.....	07
2.2 - Desafios da gestão da disciplina na E.M. Simão da Costa Campos.....	09
III - Considerações finais.....	16
IV - Referências.....	18
V – Anexo.....	23

I - INTRODUÇÃO

Buscando sistematizar um conjunto de desafios derivados de análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Simão da Costa Campos, a serem colocados como reflexão para constituição de uma Gestão Democrática nesta que é uma Instituição de Ensino Público. A escola é localizada na área rural de Varzelândia- Minas Gerais na comunidade de Lagoinha I, oferecendo o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais para aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) alunos dentre 06 a 15 anos de idade em Tempo Integral. A escola tem uma clientela de classe média baixa, onde os pais dos alunos em grande porcentagem precisam ausentar dos lares para desenvolver o trabalho agrícola em outras cidades, sendo que o recurso mais efetivo das famílias é advindo de programas governamentais. Os professores possuem nível superior, atingindo o número de 20 (vinte) profissionais de ensino.

Para o estudo em questão fez se necessário apropriar como subsídio para melhor compreensão do Projeto Político Pedagógico da referida instituição de ensino uma observação participante na escola campo dessa análise para facilitar a análise e conclusão acerca da questão da disciplina como tema central a esta abordagem. As diversas e recorrentes oportunidades de diálogo com os educadores dessa instituição tornaram possível sistematizar observações ao redor de um conjunto de desafios fundamentais a serem enfrentados pelos educadores, no trabalho relativo à disciplina na escola.

A partir da análise do documento, foram selecionadas questões para reflexão sobre a disciplina na escola como desafio para uma gestão democrática. Assim, apresentamos e analisamos os desafios, em uma sequência não hierárquica, buscando destacar, em cada caso, aspectos críticos envolvidos e suas implicações a serem consideradas no Projeto Político Pedagógico cabível de desenvolvimento na escola representados pela disciplina no Ensino fundamental como desafio para uma gestão democrática.

II- DESENVOLVIMENTO

A Educação Brasileira nos últimos anos vem passando por um período de transição. Estão em implementação políticas educacionais que apontam novas visões teóricas e práticas pedagógicas, tendo ao centro conceitos tais como cidadania, interdisciplinaridade, contextualização e transversalidade. Além disso, no texto dos novos discursos educacionais, encontramos novos papéis a serem exercidos pelos educadores, bem como expectativas renovadas quanto ao desempenho dos alunos. Mas nesse horizonte de mudanças desejadas vemos um entrelaçamento de novos e antigos desafios que instigam educadores e sistemas educacionais. Aqui destacamos um deles, a disciplina na escola.

A gestão da disciplina representa um dos mais antigos e persistentes desafios encontrados nas escolas. As ações contraditórias a disciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas, apresentando se como uma fonte de estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula. Mas, além de constituir um “problema”, a falta de disciplina na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Alguns teóricos têm afirmado que os problemas de disciplina afetam a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, o desdobramento do currículo, e podem transtornar nossas melhores visões e práticas educacionais (AMADO, 2001; D'ANTOLA, 1989; XAVIER, 2002). A disciplina na escola, portanto, representa um desafio não somente aos professores em sala de aula, mas ao trabalho e projetos educacionais mais amplos desenvolvidos nas escolas aqui referenciadas em seus Projetos Políticos Pedagógicos.

2.1 - Disciplina escolar: um dos desafios à gestão democrática

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da

convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de assumir a característica de instrumentos de castração e, passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. Neste modelo, o disciplinador é aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites (REGO, 1996). Em consonância com este argumento, La Taille (1996, p.9) analisa que:

(...) crianças precisam sim aderir a regras e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os 'limites' implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não poderia ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, e a sociedade como um todo.

Um aspecto a ser considerado reside nas características complexas que os problemas disciplinares estariam assumindo nas escolas, e que solicitam uma reconceitualização da própria noção de “disciplina”. Parece-nos que o conceito tradicional, e talvez arcaico, de disciplina como “problema de comportamento” (do aluno) precisa ser superado. Isso requer a consideração de outras dimensões de leitura teórica, que superem as abordagens comportamentalistas e que sejam capazes de englobar os diversos aspectos psicossociais envolvidos neste fenômeno. Assim, é possível situar a disciplina no contexto das condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da sala de aula, orientadas pelos professores, em que determinadas condutas podem ser desejadas. Mas também podemos encontrá-la na dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que se exercem dentro da escola. Além disso, é possível pensar a disciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A partir da conjugação das perspectivas anteriores, propomos neste trabalho abordar o tema de Disciplina, interligado ao desafio de construção de uma gestão democrática, analisada conforme a constituição teórica do projeto Político Pedagógico e a vivência na Escola Municipal Simão da Costa Campos onde se percebeu a intensificação do ato disciplinar na realidade da instituição de ensino como algo relativo às condutas, às atitudes, aos modos de

socialização, aos relacionamentos e ao desenvolvimento cognitivo, que os estudantes demonstram e que tendem a reproduzir, ou mesmo negar, as orientações e oportunidades apresentadas pela escola, ou simplesmente a contrariedade de suas expectativas. Neste sentido, a falta de disciplina não é somente aquelas situações cujas ações rompem com as regras da escola, mas também aquelas situações que em suas ações não desenvolvem suas próprias possibilidades cognitivas, atitudinais e morais. Os desafios implicados pela disciplina na escola solicitam muito mais do que mecanismos “didáticos” de controle social para serem superados, foi possível observar uma ausência de uma cultura disciplinar preventiva na escola, bem como falta de preparo adequado por parte dos professores para lidar com os distúrbios de sala de aula, e apesar da clareza quanto a este espaço ser um contexto social onde a indisciplina facilmente se expressa, parte da qual a própria escola pode estar sendo ensinado e reforçado.

2.2 - Desafios para a gestão da disciplina na Escola Municipal Simão da Costa Campos

Destacamos a necessidade da escola em desenvolver uma diretriz disciplinar de base pedagógica ampla, legitimada pela comunidade escolar e consonante com seu projeto político-pedagógico. Tal diretriz deve incluir o desenvolvimento de orientações (regras e procedimentos) disciplinares claras e de base ampla, as quais ganham em legitimidade à medida que são desenvolvidas com a participação dos estudantes, tornadas conhecidas de toda a comunidade envolvida com a escola. A participação dos alunos é um elemento importante, pois favorece o sentimento de pertença e implica o exercício de algum grau de poder sobre as disposições coletivas, bases na criação de um senso de responsabilidade comum e um elemento de motivação (D'ANTOLA, 1989). É necessária, ainda, uma disseminação ampla destas orientações comuns, que assegure que todos os estudantes, pais e profissionais da escola tenham claras as expectativas sociais e pedagógicas que estão sendo praticadas pela escola.

Em oposição ao enfoque autocrático, a abordagem democrática tende a oferecer melhores resultados não apenas em termos das atitudes, mas

também do envolvimento e participação dos estudantes na escola (GORDON, 1999). É importante ressaltar que tal diretriz disciplinar não deve se restringir a estabelecer um conjunto de normas que organizem o ambiente escolar, mas deve também orientar a própria cultura daquilo que a comunidade deseja em termos de desenvolvimento disciplinar. Afinal, a disciplina deve ser também um objetivo educacional (ABUD e ROMEU, 1989, p. 89) e o trabalho coletivo e compartilhado é outro aspecto a ser observado, refere-se à relação ausente entre disciplina e Projeto Político Pedagógico. Assim sendo, é necessário que o Projeto Político Pedagógico da escola possa revelar não somente o que entende por educar, sobre quais visões pedagógicas estaria apoiado, mas em que direção desejaria seguir e as metas a serem buscadas.

Nessa perspectiva, é possível argumentamos que entre as diretrizes do Projeto Político Pedagógico deveríamos encontrar, entre outros elementos, princípios ou fundamentos capazes de fornecer orientação aos educadores em relação às questões de disciplina. Tais princípios devem sustentar um trabalho coletivo e compartilhado sobre disciplina. Mas ao projeto cabe o papel de fonte de orientação formativa, de tal modo que não seria o caso de inserir neste documento ações, as quais devem sim compor o regimento da escola.

O texto de introdução dos PCNs de Ensino Fundamental, para os ciclos finais, destaca os “aspectos de interação e cooperação”, como aqueles pontos comuns a serem trabalhados pela comunidade escolar. Tais aspectos se referem diretamente ao “convívio escolar” pretendido na escola, e de modo direto dizem respeito às questões do trabalho pedagógico a ser feito para desenvolver no âmbito educacional atitudes de disciplina. Mas é preciso destacar o fato dos PCNs pensarem este trabalho no contexto amplo do desenvolvimento e implementação do projeto pedagógico da escola. Recorrendo ao texto daquele documento (MEC, 1998, p. 92), encontramos essa relação claramente expressa:

O convívio escolar pretendido depende do estabelecimento de regras e normas de funcionamento e de comportamento que sejam coerentes com os objetivos definidos no projeto educativo. A comunicação clara dessas normas possibilita a compreensão pelos alunos das atitudes de disciplina demonstradas pelos professores dentro e fora da classe.

Assim, o trabalho pedagógico relativo às questões de disciplina na escola deve ter por base a perspectiva mais ampla de gestão dos seus processos pedagógicos estabelecido em seu Projeto Político Pedagógico, constituindo um elemento central do processo de gestão da educação escolar. Aqui temos, então, um primeiro desafio a considerar relativo à elaboração de um trabalho coletivo e compartilhado sobre disciplina e indisciplina na escola. Nesse sentido, uma meta ainda a ser contemplada no Projeto Político Pedagógico que refere ao elementar grau de envolvimento dos pais nas atividades para as quais são solicitados, sejam nas discussões pertinentes as questões pedagógicas como as atividades extracurriculares seja a gestão, incluindo a questão da disciplina. Para isso é fundamental manter a comunidade informada quanto às metas, realizações e atividades desenvolvidas pela escola.

Outro desafio representado para a disciplina na escola, que se manifesta de um modo bastante consistente no Projeto político Pedagógico trata-se do que poderíamos denominar de “inversão de prioridades”, do procedimento que costuma ser exercido no contexto de manifestação e desenvolvimento da indisciplina na escola. Um dos aspectos a destacar, com base na análise do Projeto Político Pedagógico da escola e a prática desenvolvida no contexto escolar, refere se à centralidade das ações de intervenção nos casos de indisciplina. Isso parece refletir a hegemonia de uma cultura intervencionista, a ponto de serem considerados “práticos” apenas os procedimentos a serem efetivados uma vez que algum problema tenha surgido. Assim, infelizmente, a sugestão de que os professores aperfeiçoem seus planejamentos pedagógicos e que passem a considerar com mais atenção às questões de motivação em sala de aula, por exemplo, como estratégias para reduzir a indisciplina, são tomadas como de pouco ou nenhuma utilidade “prática”.

Observamos o quanto é comum entre professores dedicarem uma maior atenção aos contextos e práticas de intervenção disciplinar, que ao cultivo de ambientes e procedimentos preventivos. Mas isso também nos pareceu refletir, em alguma medida, a cultura institucional da escola.

Argumentamos que essa disposição representa uma inversão de prioridades, tendo em consideração a importância das abordagens “pró-ativas” ou “preventivas”, tal como denominado na literatura educacional (GETTINGER, 1998; CARITA; FERNANDES, 1997), as quais melhor possibilitam pensar a transição de quadros de indisciplina para disciplina através de processos de aprendizagem. Seriam as ações pró-ativas aquelas que melhor consideram o quadro concreto das condições e desenvolvimento dos alunos e de suas necessidades, estando alinhadas aos contextos de aprendizagem necessários ao desenvolvimento de recursos internos dos educandos.

Tendo em vista a perspectiva acima, a escola precisa assumir como prioridade transformar sua cultura institucional em direção a uma mentalidade mais pró-ativa e focalizar mais aquelas práticas voltadas ao desenvolvimento de propensão para a disciplina que à contenção (e punição!) da indisciplina. É nesse sentido que nos referimos a uma postura de “inversão” da ordem de prioridades, em relação ao que poderia ser mais produtivo ao trabalho dos professores. Fundamentalmente, parece-nos que essa inversão de prioridades surge também pela ausência daquilo que deveria estar explicitada no Projeto Político Pedagógico baseado em uma perspectiva pedagógica coletiva e compartilhada na escola. Não havendo tal plano, entretanto, e estando a escola sujeita ao modo tácito como se articulam as ações disciplinares em seu cotidiano, de acordo com os eventos do dia, torna-se impraticável o estabelecimento de prioridades, o que estaria facilitando processos de inversão. Este é, portanto, outro desafio importante a ser considerado.

Outro aspecto observado na escola que nos parece indicar um desafio ao processo de gestão da disciplina, reside no que denominamos de “sensibilidade a incidentes eventuais”. Isto se verifica de um modo bastante concreto no cotidiano da escola, quando um incidente de falta de disciplina acaba mobilizando pessoas, tempo e outros recursos, de um modo não esperado e que acaba gerando transtornos de várias ordens. Isso resulta não somente em interferência ao trabalho dos professores em sala de aula, com possíveis transtornos psicopedagógicos, mas também pode implicar desdobramentos fora dela, resultado, em alguns casos, em horas de reunião, nem sempre recompensadas por transformações desejadas nos problemas

originais. Tal sensibilidade reflete a ausência de uma perspectiva de gestão das questões de disciplina, que tende a deixar a escola à mercê de interrupções esporádicas em seu ritmo de funcionamento. Assim, mesmo um pequeno grupo de crianças é capaz de gerar uma interrupção considerável no fluxo das atividades de uma escola e acabar por mobilizar vários profissionais, e seus tempos, até que os eventos sejam devidamente pensados, encaminhados ou resolvidos.

Esse quadro nos parece refletir o modo como a disciplina tende a ser percebida como um incidente eventual, mesmo quando se repete em base diária, como se representasse uma anomalia inesperada, ao invés de um fenômeno situado e sujeito à previsibilidade, embora organicamente difuso e capaz de assumir diferentes conformações nos diversos contextos e momentos da escola, e que requer planejamento pedagógico e formação, para que se processem as necessárias mudanças de longo alcance, incluindo transformações na própria cultura da escola. Assim, outro desafio implicado para a gestão da disciplina na escola reside justamente na sensibilidade que estas demonstram diante de eventos de falta de disciplina, os quais conseguem desarticular a rotina de trabalho de um grupo considerável de profissionais, embora estejam longe de ser algo imprevisível no contexto de relações e processos de uma escola. O que aqui denominamos de sensibilidade a incidentes eventuais de disciplina reside justamente na suscetibilidade que a escola demonstra em relação ao poder de ruptura de eventos que comumente pouco apresenta de inédito na rotina daquela instituição. Por que, então, a suscetibilidade em relação à disciplina?

Parece-nos que ao menos parte da resposta reside na ausência de uma perspectiva compartilhada em relação às questões de disciplina na escola. Não argumentamos no sentido de sugerir que essa suscetibilidade resulta da ausência de ações na escola. Pudemos observar, sim, apresentação de ações a serem desenvolvidas, na maior parte dos casos, e certa sistematização de procedimentos institucionais. Entretanto, tais procedimentos e ações comumente não se articulam e se justificam através de algum projeto ou plano compartilhado, que refletisse um quadro concreto de prioridades da escola e que tivesse resultado de algum nível de elaboração coletiva, por exemplo. Isso

remete ao desafio de, na escola, alinhar as ações disciplinares ao que está proposto no Projeto Político Pedagógico.

Quando se aposta na lógica da intervenção, todavia, e se pratica uma atitude de espera em relação às possíveis expressões de disciplina, sobretudo em sala de aula, os encontros com problemas disciplinares podem tornar-se bastante exaustivos e agentes de rupturas. Transformar esse quadro de sensibilidade na escola é, portanto, um desafio importante a considerar. Em particular, este desafio nos mostra o quanto a disciplina consegue mobilizar a escola para além da sala de aula, ao mesmo tempo em que nos convida a investigar na direção de como os incidentes se iniciam, contexto que solicita a cultura de outro olhar pedagógico. O Projeto Político Pedagógico da escola analisada estabelece que *“Cabe à escola, planejar e organizar sua prática educativa dentro dessa perspectiva, promovendo assim aprendizagem significativa e o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos educandos”*.

Para tal finalidade é fundamental o papel do gestor, que gerencia todo o trabalho coletivo, possibilitando aos educadores, educandos e comunidade em geral o aproveitamento máximo das oportunidades para a formação humana que a escola oferece. A análise sobre o que fazer diante dos “problemas” de disciplina se destaca na sistemática do Projeto Político Pedagógico da escola em contemplação ao ideário de ensino acima apresentado: aprendizagem significativa e o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos educandos. Essa finalidade educacional está motivada pelo desejo de receber indicações sobre qual a ação ‘mais eficaz’, em relação ao contexto de indisciplina, buscando solucionar os problemas encontrados na convivência com os alunos e garantindo o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

As análises a serem consideradas devem ser aquelas envolvendo práticas e atitudes pró-ativas, tendo em vista romper com o cultivo dos contextos e formas de relações atreladas às origens dos ‘problemas’ em questão. Entretanto, para avançar, a escola precisa investir em estratégias de mudança. Para isso, não se trata apenas de eleger um novo conjunto de procedimentos, mas repensar as ações que cultivam e assim retomar seus

princípios educacionais e rever os papéis exercidos pelos professores. É preciso, portanto, conjugar esforços de formação, para se cultivar uma mentalidade compatível entre os educadores. É preciso ainda compreender que a influência familiar reflete e muito na vida escolar dos filhos. Nesse sentido para que a criança saiba aceitar e respeitar os limites impostos pela escola é preciso que ela tenha aprendido, exercitado, desde o início de sua vida este tipo de comportamento em sua família. A permissividade exagerada enquanto a criança é pequena, dificulta mais tarde, a retirada dessas concessões. A coerência na educação de uma criança precisa ser pensada, planejada por toda a família, inclusive junto com a escola, quando for o caso. Escola e família exercem papéis distintos no processo educativo. Evidencia-se uma confusão de papéis. A principal função da família é a transmissão de valores morais as crianças. Já à escola cabe a missão de recriar e sistematizar o conhecimento histórico, social, moral (AQUINO, 1998).

Como último desafio a considerar, destacamos a ausência de conhecimento sistemático e informações no Projeto Político Pedagógico em relação à questão da disciplina na escola. Com base na análise sistemática do Projeto Político Pedagógico, encontramos uma relativa facilidade para obter informações que divulguem a necessidade de intervenção sobre os casos de indisciplina, porém, poucas são as informações, capazes de fornecer uma perspectiva da dinâmica da disciplina na escola. Embora o trabalho disciplinar precisa estar atento ao momento presente da escola, um cenário com informações e o conhecimento dos aspectos dinâmicos das expressões de disciplina que particularmente se observam na instituição devem fornecer informações essenciais para conhecer e transformar as e estratégias vigentes na escola diante das questões de disciplina na escola. Mas como a escola poderá avançar suas práticas, ou mesmo debater suas realidades na ausência de conhecimento sistematizado? Entretanto, tal necessidade não se refere ao tipo de informação que usualmente encontramos nos tradicionais livros de ocorrência das escolas.

A elaboração de um conhecimento sistemático torna possível avaliar as visões e ações exercidas nas escolas, bem como dos resultados obtidos. É através de processos de acompanhamento das ações empreendidas pelos

educadores que podemos mais concretamente realizar avanços nas estratégias projetadas e na própria concepção que esteja norteando a forma de gestão da disciplina na escola. Sem uma visão clara do que esteja em curso nas escolas, arriscamos perder de vista a educação desejada, as metas planejadas e as prioridades decididas em conjunto. Produzir um conhecimento sistematizado, portanto, é um desafio importante a considerar. Além disso, ao que parece poucas foram às tentativas de se verificar o que realmente é a causa da disciplina e qual a sua real ligação com o contexto escolar ou com os procedimentos pedagógicos adotados neste contexto.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando discutir sobre um conjunto de desafios relacionados ao tema disciplina na Escola Municipal Simão da Costa Campos, embasados pelo seu Projeto Político Pedagógico e a vivência na instituição de ensino é necessário pensarmos sobre a disciplina na escola como os desafios para uma gestão democrática. Inicialmente, é preciso retomar o desafio relativo à necessária e complexa tarefa de desenvolver um trabalho coletivo e compartilhado entre os educadores, a respeito de questões fundamentais relativas à disciplina. A elaboração de tal visão, através de processos coletivos e democráticos, precisa estimular a exploração de uma linguagem e pensamento compartilhados na escola. Parece-nos que parte desse desafio é desenvolver uma visão integrada às diretrizes do Projeto Político Pedagógico da escola, de tal forma que possa servir como referência compartilhada entre os educadores. Enquanto a disciplina escolar persistir como um tema não destacado na formação inicial dos futuros professores, restam aos projetos de formação continuada, em serviço, na escola, mobilizarem os professores para os saberes, atitudes e desenvolvimento necessários em suas práticas pedagógicas concretas.

É necessário ainda, considerar alguns aspectos relacionados à complexidade como as expressões de disciplina têm sido interpretadas na escola. De um lado, a análise do Projeto Político Pedagógico manifestando um sentimento de fragmentação cotidiana, acompanhado de alegações sobre a

ausência da família na formação dos próprios filhos, bem como o sentimento de que vivem uma crise de respeito em sua profissão. Neste contexto, qual o sentido de prestar tanta atenção às regras e esquemas disciplinares da escola? Esse panorama revela desafios e avanços a realizar. Argumentamos que a disciplina é hoje um dos principais desafios que atravessam as escolas e não vai desaparecer apenas porque não estamos preparados para o que ela representa. Precisamos avançar nossas investigações, explorar outras perspectivas e considerar outras visões. Se as teorias existem para provocar o pensamento (PINAR et al., 1995, p. 8), os desafios deveriam nos ensinar sobre onde focalizar nossas melhores investigações.

IV - REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: ASA, 2001.

ABUD, Maria; ROMEU, Sonia. **A problemática da disciplina na escola: relato de experiência**. In: D'ANTOLA, Arlette (Org.). *Disciplina na escola*. São Paulo: E.P.U., 1989. p. 79-90.

AQUINO, Júlio (Org.). *Indisciplina na escola : alternativas teóricas e práticas*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996a. 149 p.

CARITA, A.; FERNANDES, G. **Indisciplina na sala de aula**. Como prevenir? Como remediar? Lisboa: Presença, 1997.

D'ANTOLA, A. (Org.). **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: E.P.U. 1989.

DE LA TAYLLE, Yves. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 1998. 151 p.

DEMO, P.; LA TAILLE, Y.; HOFFMANN, J., **Grandes pensadores em educação: O desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação**, Porto Alegre: Editora Mediação, 2a Ed., 2002, 120 p.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Dicionário Aurélio**. R.J.: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, P., **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6a Ed.. São Paulo: Paz e Terra.

GODOY, C. et. al. A (in)disciplina escolar nas perspectivas de Piaget, Winnicott e Vygotsky.

GORDON, D. Rising to the discipline challenge. **Harvard Education Letter**, Cambridge, v. 15, n. 5, p. 1-4, Sept./Oct. 1999.

MEC. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

OLIVEIRA, J. Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 7. ed., atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1996. 210 p.

REGO, T. C. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. In: AQUINO, J. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. p. 83-101

REGO, Teresa C. R. A **indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana**. In.: AQUINO. Julio Groppa (Org.) **Indisciplina na escola**: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

VASCONCELOS, M. L. (Org.). **(In) disciplina, escola e contemporaneidade**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

XAVIER, M. L. (Org.). **Disciplina na escola**: enfrentamentos e reflexões. Porto Alegre: Mediação, 2002.

V – Anexo: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

**DIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA
FABIO LOPES DE OLIVA
HALYNE CRISTINE ALMEIDA
SERGIO LUIZ BORGES**

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora tal Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....03

1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. AVALIAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

É urgente a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, escola esta que assuma, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas em sua estrutura, na reorganização dos

tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar, desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano.

Para que o ensino fundamental seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art.5º). Faz-se necessário, ainda, ressaltar que em análise o documento que ora apresenta, é possível afirmar que este busca em sua fundamentação teórica efetivar um Ensino de qualidade empenhado com a construção sólida do saber a ser apresentado e consolidado na instituição de ensino.

A Escola Municipal Simão da Costa Campos, localizada na área rural de lagoinha I do município de Varzelândia – Minas Gerais atende aos alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em Tempo Integral.

A estrutura física da escola fica, assim, definida: 05 salas de aula, sendo que no turno matutino, são atendidos os alunos do 5º(Ciclo Complementar do Ensino Fundamental), 6º, 7º (Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental) e 8º e 9º (Ciclo de Consolidação do Ano do Ensino Fundamental) e no turno vespertino compreende as turmas multiseriadas de 1º e 2º Ano e 3º e 4º Ano, assim no turno vespertino a escola dispõe de 02(duas) salas de aula ociosas para atendimento a demanda dos alunos atendidos em tempo integral, já no turno matutino não há disponibilidade de salas de aulas.

O regimento da escola compreende ao atendimento educacional de 140 (cento e quarenta) alunos, conforme relação de matrícula inicial realizada pela instituição, na modalidade de Ensino regular e de tempo integral da Rede Municipal de Educação e sob orientação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Sendo dirigido o ensino de Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano por 02(dois) professores de língua Portuguesa, 01(um) professora de Língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) professor de Educação Religiosa, 01(um) professor de Matemática, 01(um) professor de Redação, 01(um) professor de Ciências, 01(um) professor de História, 01(um) professor de Geografia, 01(um) professor de Educação Física.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são 03 (três) professores que desenvolvem os conteúdos básicos estabelecidos no Plano Curricular Municipal conforme a Resolução estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação e 01(um)

professor de Educação Física e 01(um) professor de língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) Especialista da Educação Básica como recurso de apoio pedagógico e 01(um) Diretor Escolar.

A comunidade em que a escola está inserida é considerada em nível sócio-econômico baixo, sendo que a maioria dos “chefes de família” desloca-se dela de 06 a 10 meses para trabalho em lavouras de café e pepino em outras regiões de forma a subsidiar as despesas em casa, a principal renda das famílias é advinda de Programas Governamentais como Bolsa Escola.

Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é o documento que depois de formulado deve nortear todas as ações da escola e sua construção dá-se na coletividade, nesse sentido foi de extrema importância no período de elaboração do Projeto Político Pedagógico o envolvimento com as famílias e comunidade assim como a participação ativa nas reuniões e atividades extracurriculares da instituição de ensino.

Em relação ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, o instrumento imprescindível para esse acontecimento é o planejamento participativo, que colabora no sentido da efetiva participação de todos nas decisões. Vasconcellos (2000, p. 169) revela que o Projeto Político Pedagógico “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos socio-históricos na construção de uma nova sociedade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é hoje, sem dúvida, o maior legado que uma família pode proporcionar aos seus. Cada vez mais, governos, pais e equipe pedagógica se unem no sentido de promover a equidade educacional a crianças e jovens.

A promoção da educação, bem como sua real efetivação se constitui como tarefa árdua e constante nos debates atuais, daí a importância de se construir um projeto que vá ao encontro das perspectivas geradas no âmbito educacional.

Apresentaremos a Proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, da Comunidade de Lagoinha I, do município de Varzelândia/MG, através do qual foi proposto a legitimidade e a efetividade das ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional e além de tudo respeitando as crianças como sujeitas da aprendizagem.

A sua elaboração foi desenvolvida de forma a efetivar a participação efetiva da comunidade escolar, principalmente os pais das crianças sendo estes atores indispensáveis para subsidiar a prática pedagógica, considerando parceiros de extrema importância para o sucesso do Ensino.

Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a

observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o conhecimento de seus alunos, constituindo-se numa organização aprendente, que qualifica não só os que nela aprendem, mas também os que nela ensinam.

Partindo deste princípio, com base as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação de Varzelândia - MG, assim como a relação entre a realidade da Escola Municipal Simão da Costa Campos e fundamentados por pensadores de Educação, fundamentaram o Projeto político Pedagógico da Escola Municipal Simão da Costa Campos, sendo necessário considerar que não há uma ordem pré-estabelecida, para as ações a que se destina este documento as quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. Faz-se necessário citar que a retomada do papel da equipe pedagógica e sua função no processo de construção do conhecimento do aluno, bem como do papel da equipe diretiva como responsável pela gestão da escola são indispensáveis para: consideração em relação aos espaços e tempos da escola, planejamento de ampliação e reforma da escola e a sua adequação, assim como para a gestão da aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos.

A definição de política de formação continuada em serviço facilitará a reflexão do professor sobre sua prática sendo esta a norteadora das ações pedagógicas condizentes para a promoção do saber, assim como a organização e acompanhamento da implementação de políticas educacionais. Neste sentido a elaboração da proposta pedagógica, com ênfase nas dimensões do desenvolvimento humano, propõe o aprofundamento da discussão sobre a organização curricular e do ensino dentro do processo educativo e sua constituição nos projetos político-

pedagógicos das escolas, reforçando a importância de todos os componentes curriculares (no conjunto) e de cada área uma dentro do processo de aprendizagem.

A sistematização da ênfase ao lúdico e ao brincar nas metodologias amplia o aprofundamento da concepção de infância, pré-adolescência e adolescência, considerando assim o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura (alfabetização e letramento) e do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades. Neste sentido a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, ampliam a discussão sobre a avaliação, sua concepção, os objetivos, instrumentos e modalidades e por fim a consideração de que o processo de aprendizado é constante e ininterrupto, orientando a progressão continuada dentro do ciclo, com possibilidade de manutenção entre os ciclos.

A ampliação do conceito de inclusão para além das questões de necessidades especiais enfatizará a inclusão social, étnica e de gênero e a discussão da política de inclusão das crianças com necessidades especiais viabiliza a discussão do conceito e da política de Educação Integral, apostando no aumento do tempo de permanência do aluno na escola num trabalho qualificado.

A escola precisa, ainda, da participação da comunidade como usuária. Ciente deste serviço, de maneira que as interações sejam permeadas pelo conhecimento das atribuições de cada um, conforme o cargo/papel social que ocupa, de acordo com legislação vigente, assim estabelecendo relações de co-responsabilidade. Trata-se de romper com os muros da escola e ampliar as interações da comunidade escolar com seu entorno destituindo a lógica de que o melhor espaço para a aprendizagem é a sala de aula.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A educação, enquanto política pública representa uma estratégia eficiente na mobilização social das pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida, que perpassa pela formação escolar.

A escola, enquanto espaço diário do exercício de cidadania cumpre o papel fundamental de garantir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, buscando organizar seu tempo pedagógico a fim de atender ao educando no acesso a uma educação de qualidade e de inclusão social.

Assumir o compromisso com a vida das crianças e jovens não é tarefa fácil, porém, é um desafio constante que exige esforço de todos, competência administrativa e pedagógica.

Assim, é preciso compreender alguns aspectos essenciais para fortalecer e melhorar o funcionamento da escola, como: melhor organização do espaço escolar; promoção de uma aprendizagem significativa para a vida do educando, articulando-se com os conhecimentos anteriores, planejando atividades e criando situações que permitam agregar os vários conceitos anteriores; avaliação e intervenção nos conteúdos e na metodologia do ensino para cada grupo de alunos; avaliação contínua da aprendizagem dos alunos, intervenção nos conteúdos e na metodologia.

Como dos resultados, possibilitando o avanço nos cursos e nos anos, acerca do ensino e aprendizagem; planejamento de ações a curto, médio e longo prazo de forma coletiva, procurando atender a necessidade da comunidade escolar; trabalho com a diversidade de questões que surgem no âmbito da sala de aula, estabelecendo prioridades e mediando situações problemas, na relação professor – aluno; melhor participação de todos os segmentos: família, comunidade e equipe gestora, onde os alunos se sintam acolhidos e seguros, e consigam aprender melhor; valorização dos profissionais e alunos, bem como, o envolvimento de todos, no trabalho em equipe com transparência e clareza nas decisões, com ética profissional fundamentada nas bases legais.

Desta forma, o ambiente escolar deve ser construído coletivamente dentro de um espaço público de discussão, com base num processo de ação-reflexão-ação, voltado para a formação de uma nova concepção de homem, de mundo e de sociedade, ressignificados com base em princípios humanísticos, democráticos e libertadores. Portanto, faz-se necessário uma análise, e posterior proposição de adequação da estrutura organizacional administrativa e pedagógica da Escola

Municipal Simão da Costa Campos com o objetivo de identificar e implementar as políticas educacionais estabelecidas por este sistema de ensino.

A estrutura administrativa realiza a alocação e gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Abrange todos os elementos de natureza física, tais como o estado de manutenção do prédio e das instalações e equipamentos; os materiais didáticos, mobiliário, distribuição da dependência e espaços livres, limpeza, ventilação e iluminação.

Neste sentido a estrutura administrativa da Escola Municipal Simão da Costa campos confere aos requisitos “básicos” para o desenvolvimento da ação educativa, com base os elementos de composição da estrutura que são: 05(cinco) salas de aula, 01(um) laboratório de informática, 01(um) pátio, 01(uma) sala de professores, 01(uma) cantina, 01(uma) sala de apoio pedagógico, além de dispor de espaço no arredor da escola para brincadeiras livres ou mesmo dirigidas, 12(doze) Professores, 01(um) Especialista da Educação, 04(quatro) auxiliares de serviços gerais e 04(quatro) monitoras para o Programa Mais Educação- Escola em Tempo Integral, ainda os recursos de suporte ao ensino são diferenciados graças ao recurso financeiro da Unidade Executora da escola, recursos do Programa Mais Educação e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A estrutura administrativa busca articular com os setores e as funções da escola de forma a favorecer o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e ainda buscando fortalecer e dinamizar as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo o atendimento das especificidades de cada uma delas.

É importante salientar que essa organização administrativa da escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, buscando articular-se com as especificidades e demandas da comunidade. Para tanto, é necessário que a estrutura organizacional da escola situe a posição de cada elemento e estabeleça funcionalidades em sua estrutura.

Como também permita a todos os profissionais recursos didáticos, para extrapolarem a sua criatividade de conduzir o conhecimento com que venham subsidiar à sua prática, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes.

Para o alcance dessas condições deve-se atuar tendo como objetivos: redefinição da estrutura administrativa da escola favorecendo a organização do fluxo de materiais, organização do espaço físico e do trabalho pedagógico; dimensionação da estrutura da escola em reforma de sua estrutura física, para que este seja um ambiente acolhedor e agradável para o favorecimento de ensino atendendo suas tipificações e a lotação de recursos humanos e ainda a capacitação dos profissionais da escola para implementação da nova estrutura organizacional administrativa da escola.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura organizacional pedagógica determina a ação da estrutura administrativa. Organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades, refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo.

Para desenvolver a ação educativa, depende-se dos elementos de composição da estrutura organizacional, articulada com os setores e as funções da escola.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa busca determinar um novo fazer pedagógico dirigido aos 140(cento e quarenta) alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, aliado ao trabalho pedagógico voltado a perspectiva construtivista de ensino e ao compromisso da instituição escolar, enquanto promotora de políticas públicas de qualidade.

Vale ressaltar que em raras metodologias aplicadas pelos professores, foi possível verificar a adoção metodológica em sala de aula da perspectiva construtivista de ensino na íntegra, o que potencializa a fragmentação do ensino.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, busca coordenar e executar projetos pertinentes ação pedagógica, sendo indispensável a participação de todos os envolvidos no processo educacional de estudos e debates a cerca do trabalho a ser desenvolvido, as turmas são organizadas conforme dispõe a Resolução 2.197 de 26 de Outubro de 2012, em turmas heterogêneas conforme a idade dos alunos.

A participação na coordenação do conselho de classe é requisito indispensável para a discussão e reelaboração da proposta pedagógica assim como a coordenação e participação no processo de implementação da auto-avaliação na unidade escolar, sendo assim assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é dever e compromisso indispensável a este trabalho.

Ao estimular o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos é mais significativo a elaboração de relatórios de dados educacionais objetivando a ação-reflexão-ação.

Assim sendo em relação à organização didático pedagógica, são considerados neste planejamento: o zelo pela integridade física e moral do aluno, a coordenação das atividades de planejamento pedagógico da escola, a participação da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Intervenção Pedagógico. Haja vista que a coordenação, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola condiz com o desenvolvimento de projetos pedagógicos, sendo necessário a articulação com órgãos gestores de educação e intersetoriais. A elaboração e cumprimento do calendário escolar e o incentivo aos alunos em participarem dos grêmios estudantis, palestras, seminários, feira cultural e artística, apresentação em assembleia das datas cívico-sociais, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, facilitam o intercâmbio com outras instituições de ensino.

O desenvolvimento de avaliação da aprendizagem e o repasse dos resultados para os pais, compreende a integração da escola com a família do aluno e a comunidade assim como o cumprimento da legislação escolar e educacional. A avaliação da aprendizagem propõe assim a execução e avaliação das atividades, sistematizada pela elaboração operacionalização e divulgação do aproveitamento do aluno como proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino.

Neste sentido para promover uma aprendizagem significativa é fundamental a prática de reunião de conselho de Classe sendo que a sua discussão deve contemplar: elaboração de portfólios das turmas, utilização de recursos tecnológicos, elaboração e avaliação periódica do regimento escolar, planejamento pedagógico com base o perfil do aluno, auto avaliação pelo professor, discussão dos resultados dos alunos, relatório individual do aluno, dentre outros aspectos de caráter didático-pedagógicos plausíveis de discussão, reelaboração e aplicação a prática educativa.

3. CURRÍCULO

O currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos é desenvolvido conforme orientação do Programa Oficial de Ensino, Referencial Curricular da Rede Municipal e Parâmetro Curricular Nacional. O que se refere à Base Nacional Comum de comum acordo com a LDB 9394/96, Art. 26 e 27 compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Educação Religiosa e na parte diversificada Inglês com disciplina obrigatória, Redação e Expressão para 6º e 7º Ano e Geometria para 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental por serem conteúdos que atendem melhor a comunidade.

Na Educação de Jovens e Adultos o Plano Curricular é constituído pelos componentes da Base Nacional Comum, sendo que eles são trabalhados a partir dos eixos temáticos (temas geradores) abordados de forma interdisciplinar. A metodologia aplicada valoriza as experiências do aluno onde este deixa de ser mero receptor e passa a ser sujeito da construção de seu conhecimento. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos.(HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Assim, isso implica que essa organização, elaborada principalmente no Projeto Político Pedagógico da escola deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção.

Entre eles o fato de que o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro. O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continuará sendo construído. A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme Veiga (2002, p. 7) afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. A organização do currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento.

A organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade; assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ideário de Educação de um modo geral, ainda faz parte de uma idealização utópica da sociedade. Seja pela falta de políticas pedagógicas efetivas, propostas pedagógicas firmes e comprometidas ou pela falta de conhecimento deste campo, pose-se afirmar que esta realização ainda soma um desafio social.

Acompanhamos, portanto, uma realidade em que muitos projetos não são valorizados, em que há um desconhecimento do significado do exercício pedagógico e que não oferece condições para que as legislações se concretizem.

Neste contexto, sabe-se que a interação, a troca de experiências, o estímulo, a apropriação dos diversos conhecimentos no Ensino Fundamental, são fundamentais para garantir à criança o seu desenvolvimento e conseqüentemente a formação integral como ser humano. Mas então perguntamos como trabalhar neste sentido de desenvolvimento, trazendo significado para esta prática, se, como educadores têm classes heterogêneas, muitas vezes sem apoio familiar, tendo ainda em desvantagem estes desafios já caracterizados? E, ainda assim, como trabalhar atividades com a criança sem interferir, no papel de adulto, em suas atitudes e interações promovendo a autonomia e a criatividade? Deste modo, entendendo a turma como um espaço heterogêneo, tendo em vista a faixa etária, o histórico, as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e históricas de cada criança, devemos pensar em atividades diversas, as quais deverão envolver as crianças e assim estimular a partir do dia-a-dia o desenvolvimento de uma série de habilidades.

Esta organização do tempo e espaço escolar deve ser construída a partir deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança etc.

Para proporcionar estas atividades é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas. Partindo deste pressuposto o processo de organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é estabelecido pelo tempo de 04 horas diárias de atividades disciplinares incluindo em alguns casos as atividades extra-classe, no cumprimento de tempos para atividades extra curriculares. Estas são devidamente apropriadas e consolidadas pela escola, em seu planejamento anual são consideradas as capacidades que necessitam ser consolidadas até o final do ano letivo, ainda com a implantação do Programa Mais Educação foi facilitado a apropriação do fazer educativo como extensão do tempo de trabalho com os alunos, o que facilitou um novo redimensionamento do fazer educativo.

Em relação ao espaço as turmas são heterogêneas, já o número de alunos dependem de muitas variáveis no tempo e espaço, sendo que no 1º e 2º

Ano do Ensino Fundamental estabelece o número máximo de 25(vinte e cinco) alunos e os demais anos de escolaridade no máximo 35 (trinta e cinco) alunos.

Deve-se entender que para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que a organização das atividades no tempo e no espaço assegure para além do reconhecimento das especificidades etárias ou da utilização ampla dos espaços externos e internos, seja assegurado o direito da criança, e o reconhecimento da importância da sua participação ativa neste processo.

Assim, é preciso repensar sobre esse tempo e espaço e suas proposições, reconhecendo a instituição escolar como um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens, brincadeiras, fantasias e sonhos.

Contudo, cada aluno é único e a organização do tempo e espaço escolar deve ser focalizado na vivência e interesse dos alunos. O professor deverá ainda ter em consideração que o ritmo de trabalho dos alunos varia ao longo do dia, como também variam as limitações do grau de atenção dos alunos.

Tendo em conta estes pressupostos o professor deve estar atento a estas variações quando programam as atividades de sala de aula, devem refletir sobre a capacidade dos alunos para aprendizagem, bem como, saber identificar mesmo o próprio rendimento.

O tempo e espaço escolar são aspectos importantes na vida e organização da escola e deles dependem todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo a distribuição destes tempos deve ter em conta o aluno, as suas capacidades e limitações, o seu ritmo de trabalho, a fadiga e o espaço interfere diretamente na elucidação dos interesses e necessidades estando a serviço do principal ator deste processo: O aluno.

Os profissionais de ensino devem saber usar o tempo e espaço da melhor forma possível, quanto melhor o aproveitamento melhor serão os resultados obtidos e a vida escolar será vivida com mais prazer e alegria.

Compreende-se, portanto, que a organização do espaço é uma produção de professores, as quais mediante a elaboração e execução da proposta pedagógica organizam e utilizam o espaço em função de suas concepções.

Em finalização a discussão da temática sobre a organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é importante considerar que esta ao adotar a modalidade de ensino em ciclos, altera os tempos e os espaços da escola.

Assim a visão crítica das finalidades educacionais da escola interliga a visão de homem enquanto sujeito histórico, busca compreender a sociedade como construção histórica em permanente processo de transformação, valorizando assim a diversidade e os ritmos no processo educativo.

Em síntese o conhecimento como processo de construção e reconstrução visa compreender a aprendizagem como um direito da cidadania, reduzir a reprovação e a ações de recuperação e ampliar o reforço da aprendizagem do aluno e este já define um dos ideários de Educação a ser constituído na escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No exercício do poder está a essência da democracia. E a qualidade do exercício do poder está referida ao espaço de autonomia que fundamenta o ser cidadão e a finalidade da instituição educacional.

O poder é exercido por todos os atores sociais em todas as ramificações da estrutura organizacional. Na dialética do funcionamento da sociedade e das organizações, todos exercem estrategicamente nosso poder. Neste sentido Paulo Freire constitui rica fonte inspiradora: “Assim sendo o exercício da democracia clama cada vez mais pela participação da sociedade na gestão das instituições públicas, pela voz da pluralidade social”(colocar o ano e a página).

Resgatar a dimensão histórica da participação na decisão de todos no que concerne a todos, isto só será viável por mecanismos de representação, ajudando a resgatar o sentimento de pertença a todos do bem público e a responsabilidade coletiva na trajetória humana, presente no ser humano desde os primórdios de sua organização social.

A gestão da Escola Municipal Simão da costa Campos se coloca hoje em uma visão democrática como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E assim situa um dos maiores desafios da instituição escolar: a democracia.

Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania.

A abordagem da gestão democrática do ensino passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. Haja vista que o processo de decisão do Diretor Escolar dá-se através de um processo de eleição sob a responsabilidade da Comissão de Eleição Municipal, além de contar com a representação do Conselho Escolar legalmente constituído, também pela equipe municipal responsável por sua implantação na escola, faz-se necessário considerar que em nossas análises não foi possível evidenciarmos o trabalho do Conselho Escolar nas situações que demandam decisão pela escola, além de que é urgente a apropriação dos membros a este fazer democrático.

Apesar das ações que demandam aplicabilidade para a efetivação de uma gestão democrática é necessário salientar que o gestor busca a partir de suas possibilidades, reunir os profissionais de educação para um diálogo aberto entre eles, favorecendo sim a implantação sólida de sua gestão democrática e participativa, estabelecendo, então, uma nova cultura organizacional e esse fator é essencial no desenvolvimento da função social da escola.

Para atingir plenamente a gestão democrática há de se perceber que todos os setores da unidade escolar necessitam de um envolvimento nessa perspectiva, os avanços dentro do propósito estabelecido devem ser apreciados, avaliados e reavaliados em conjunto. A medida desenvolvida dentro desta percepção conjunta ganhará, por excelência, parâmetros competentes que se transformarão em realidade que, certamente mudarão de forma contínua e gradual os aspectos do cotidiano da unidade escolar.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No que tange às relações de trabalho no interior da Escola Municipal Simão da Costa Campos, este foi percebido em algumas situações como um espaço minado, onde formas diferentes de pensamentos ganham um caráter notadamente antagônico, o que permite afirmar a existência de interesses opostos, em cujo contexto as imposições de alguns reforçam o poder da individualidade sobre a coletividade.

Este é um desafio para a instituição e para a efetivação das relações democráticas. Na verdade as relações na escola são perpassadas pelo autoritarismo, é hierárquica, tendo em vista o mero controle do trabalho alheio.

Por outro lado, nos discursos de outra parcela de educadores, está presente o desejo de uma escola democrática e de qualidade, um desejo, diria, muito consistente. Mas, por que suas ações reforçam uma estrutura de relação de poder semelhante à do Estado autoritário? Seriam eles também destinados para tal? Eis uma questão para reflexão.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, conselho escolar, professores, diretor, supervisor pedagógico, auxiliares de serviços e etc.).

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior da escola. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

O enfoque do Projeto Político Pedagógico nas relações de trabalho concentra-se na importância e necessidade da participação da família na escola, na vida dos

filhos, sendo entendida como estratégia para que os professores possam planejar, propor e coordenar atividades significativas e desafiadoras capazes de impulsionar o desenvolvimento das crianças e de amplificar as suas experiências e práticas socioculturais.

São os pais em parceria com a escola quem poderá mediar às relações das crianças com os elementos da natureza e da cultura, ao disponibilizar materiais, a promoverem situações que abram caminhos, provoquem trocas descobertas, incluam cuidados afetivos, favoreçam a expressão por meio de diferentes linguagens articulem as diferentes áreas do conhecimento e se fundamentem nos princípios éticos, políticos e estéticos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (Brasil. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação - Resolução CEB nº 02/ 1998).

Ainda, assim, e sob o enfoque da importância da família na escola, a sua participação dá-se em fase lenta na instituição de ensino sendo estes submetidos na escola, a partir de convocações diretas por parte da direção da escola.

Considerando importante enfatizar que, para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade; a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia a -dia.

Nesse sentido, a escola poderá ser vista como um espaço vital na luta a favor da democracia. Para tanto, é relevante construir um espaço onde não se pratique mentiras e omissões.

Sabemos que esta será uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas a escola terá sentido tanto para alunos, como para os pais, professores e funcionários da escola como um todo, se todos estes experimentarem o autogoverno, efetivamente concretizará esta prática quando todos os atores da unidade escolar estejam aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma constante em nosso dia-a-dia. Não aquela que fazemos ou que estamos comprometidos a fazer quando nos encontramos na Escola, mas outro tipo, como aquele em que avaliamos impressões e sentimentos.

É assim que, nas interações cotidianas, em casa, em nossa trajetória profissional, durante o lazer, a avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos, sobre o que estamos fazendo, sobre o resultado de trabalhos. Na ação escolar, a avaliação incide sobre ações ou sobre objetos específicos: no caso, o aproveitamento do aluno ou nosso plano de ação. Em relação a aprendizagem sistemática dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental além do planejamento anual, o professor faz o planejamento semanal que é acompanhado pelo Especialista da Educação, nos anos finais do Ensino Fundamental o professor lança o conteúdo trabalhado no diário de classe e faz roteiro das aulas, separadamente e a cada 15(quinze) dias e também é acompanhado pelo Especialista da Educação, são utilizados como critérios de avaliações além das avaliações bimestrais, fichas de observações e registro, atividades diferenciadas, entre outras conforme a didática do professor.

O essencial é que os instrumentos utilizados provoquem a reconstrução crítica do pensamento e da ação dentro da sala de aula. Daí a importância do envolvimento e do dinamismo nas atividades desenvolvidas e nas atividades para a avaliação, proporcionando ao aluno o diálogo com os conteúdos que lhe são transmitidos e a conseqüente construção do conhecimento, este processo é garantido através do calendário escolar, de no mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Na avaliação das capacidades dos alunos do 1º ano é necessário que este possa desenvolver atitudes e disposições favoráveis a leitura, conhecer os usos e funções sócias da escrita, compreender o princípio alfabético do sistema de escrita e ler e escrever palavras e sentenças, no 2º ano os alunos devem ler e compreender pequenos informações no texto, ler oralmente com fluência e expressividade e produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e a escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área de matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Ao final do Ciclo Complementar no 4º e 5º Ano, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do ciclo complementar em matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Assim, a escola deve ao longo dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrem e garantir a progressão continuada dos alunos.

Nos Ciclos finais do Ensino Fundamental os alunos deverão ainda ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada componente curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

Neste sentido é de fundamental importância a avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionada na ação pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem, a escola utiliza procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes diagnósticos, adequando-os a faixa etária e as características de

desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, são expressas com clareza, o que é esperado do educando em relação a sua aprendizagem e ao que for realizado pela escola, sendo registrado como fim para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica- PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização- PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar PAAE, devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola do Plano de Intervenção pedagógica e as redefinições das ações pedagógicas em sala de aula.

Precisamos entender que nada é mais motivador do que sentir-se capaz. “se a avaliação tornar-se uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso” A LDB, no seu artigo 9º incube a União de assegurar o processo Nacional de Avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os Sistemas de Ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria do ensino.

A resolução 469/2003, expressa que a Avaliação do de aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e Ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades dos alunos. Na escola é organizado o processo de avaliação do 1º e 2º Bimestres: são distribuídos 20 pontos a cada bimestre, sendo: 12 pontos de atividades avaliativas (PROVA) e 08 pontos para trabalhos em sala de aula e extraclasse, participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola comportamento, pesquisa, assiduidade, freqüência.

No 3º e 4º Bimestre: serão distribuídos 30 pontos pra cada bimestre, sendo 18 pontos para atividades avaliativas (PROVAS) e 12 pontos para participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola,

comportamento, pesquisa, assiduidade, frequência, trabalhos realizados em sala de aula e extraclasse.

Cabe ao professor definir os instrumentos de avaliação a serem utilizados durante o ano, de acordo as necessidades de cada aluno e a natureza do conteúdo a ser trabalhado.

A escola deve oferecer a criança, condições para seu crescimento físico, emocional e social, sendo que a própria criança é agente de construção de sua história, partindo da realidade de seus conhecimentos, incentivando-a a ampliar suas potencialidades.

Para um bom relacionamento entre os sujeitos do processo educativo são desenvolvidas ações como projetos, palestras, reuniões, troca de experiências em parcerias tendo com suporte o Referencial Curricular Nacional e norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos.

É fundamental aos envolvidos no processo educativo terem vontade de fazer e criar, agir e ousar, princípios que devemos semear e cultivar em nós mesmo, e em nossos relacionamentos para que a transformação possa finalmente ocorrer.

Através de reuniões pedagógicas, por disciplina e modalidade de ensino, no início do semestre letivo, são avaliadas as ações desenvolvidas no semestre anterior, por meio de: conselho de classe, questionários, suplementos, gráficos e auto-avaliação.

Com base no resultado, são montadas estratégias a serem implantadas pelo Especialista da Educação e o Diretor Escolar em consonância com os professores, visando favorecer o processo pedagógico a partir da identificação das potencialidades e limitações que cada docente apresentar. São feitos grupos de estudo e debates sobre a prática onde fica evidente a importância do trabalho coletivo.

Para inventar e organizar o trabalho escolar é preciso ser criativo no sentido mais generoso da palavra. E isso dá muito trabalho. Mas está na criatividade a possibilidade de melhorar a nossa prática, e assim sermos mais felizes.

CASTANEDA diz - nos que: "qualquer caminho é apenas um caminho e não constitui insulto algum para si mesmo, ou para os outros, abandoná-lo quando assim ordena seu coração. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessário e, então, faça a si

mesmo, e somente a si mesmo, uma pergunta: possui esse caminho um coração? Se possui, esse é bom, caso contrário, ele não tem importância alguma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates realizados sobre o Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a sua estruturação, em vários momentos, abordaram o tema das Diretrizes para a Educação Básica e Resolução de nº 2.197, de 26 de Outubro de 2012. Ambas, foram objetos de análise além de outros documentos, durante o processo de análise do documento, foi de extrema importância vincular a um objetivo comum articulado aos fundamentos apresentados no Curso de Especialização de Gestores Escolares e a vivência na Escola Municipal Simão da Costa Campos.

Assim, este documento adota o entendimento de que é necessária uma atividade intencional e bem planejada e organicamente concebida, que se justifica pela realização de atividades voltadas para as mesmas finalidades ou para a concretização dos mesmos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola.

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. Não faltam discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. Porém, as asserções a respeito, muitas vezes, não ultrapassam o mero discurso.

A abordagem sobre qualidade da educação necessita ser problematizada no coletivo, de modo que sejam encontrados caminhos para a sua efetivação, o que implica a continuidade de políticas públicas educacionais que não sejam vulneráveis às mudanças eleitorais.

No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico.

No cenário atual, a qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos.

Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB o que por vezes compromete as raízes práticas da escola e volta-se apenas para a “mecanização” dos resultados para a avaliação externa.

Contudo, para as ações em prol da melhoria da qualidade da educação necessita permanentemente ações que contribuam para os processos do ensino e da aprendizagem, que contribuam para a formação de um cidadão participativo, protagonista de transformações, tendo como horizonte a justiça social. Nessa perspectiva, nesse contexto de mudanças é válido, considerar articulação de uma Gestão Democrática como um desafio para desencadear problematizações e buscar novos caminhos, no coletivo, pelos educadores imbuídos e comprometidos com a educação transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. *Para Além do Fracasso Escolar.* Campinas: Papyrus, 1997.

BARRETO, Elba S.S. e outros. **Explicando as Alterações Básicas Introduzidas na Sistemática de Avaliação no Ciclo Básico.** In: SÃO PAULO Secretaria da Educação, *Ciclo Básico.* São Paulo: SE/CENP, 1990.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas: Autores Associados, 2004. 14

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos Textos, notas, índices por Juarez de Oliveira. 6ª Ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

CASTANEDA. R. Gonzalo. **A Empresa Colaborativa: Antecedentes e Desafios para O século XXI.** Universidade Da América México,1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, J:Vozes,2006.CIDADESSat@.Disponívelem:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

DIAS, Regina Teixeira de Salles e FARIA, Vitória Barreto de. **Currículo na Educação: diálogos com os demais elementos da Proposta Pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 01 de Novembro de 2013.

FAUNDEZ, A. **O Poder da participação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3a ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando na contramão.** 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** Campinas: Papyrus, 1995.

GADOTTI, M. Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie(orgs). Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto

Alegre. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002. Páginas 11-17.

GADOTTI, M. O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. 1996. Texto extraído do site [www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/Projeto PoliticoPedagogico](http://www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/Projeto%20PoliticoPedagogico) acesso em 30/10/2013, às 10h25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília. DF, Vol. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

LIMA, Elvira Souza. Ciclos de Formação: uma reorganização do tempo escolar. São Paulo: GEDH, 2000.

NARODOWSKI, Mariano. Adeus à infância (e a escola que a educava). In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.172-177.

_____. Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 9 jul. 2010, Seção 1, p.10.

PLACCO, V. M. N. de S. Formação de professores: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional. In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. Para onde vão à orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas

Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. (Belo Horizonte – 2012)

Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador. v. 12. n. 20, jul./dez., 2003, p. 431-446.

SCHNEIDER, M. P. Projeto Político Pedagógico e pesquisa: uma nova escola. Videira: Unoesc, 2001.

SILVA, J. Introdução: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. In: SILVA, J., HOFFMANN, J.; ESTEBAN, MT. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação como Processo de Inclusão**. In Anais do Seminário de Educação de Criciúma. Criciúma, Secretaria Municipal de Educação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2002.

WALLON, Henri et alii. Plano de Reforma Langevin-Wallon. In: MERANI, Alberto L. Psicologia e Pedagogia - as idéias pedagógicas de Henri Wallon. Lisboa: Editorial Notícias, 1977.

ZAIDAN, Samira. Ciclos no ensino fundamental. In: Revista Presença Pedagógica v. 5, n. 30, novembro/dezembro, 1999.